



XXXIII SIC SALÃO INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Evento	Salão UFRGS 2021: SIC - XXXIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2021
Local	Virtual
Título	A cartografia de José Custódio de Sá e Faria e o processo de formação territorial do Rio Grande de São Pedro (1753-1769)
Autor	MARIANA PEREIRA GAMA
Orientador	FABIO KUHN

XXXIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – UFRGS

RESUMO

A cartografia de José Custódio de Sá e Faria e o processo de formação territorial do Rio Grande de São Pedro (1753-1769)

Autora: Mariana Pereira Gama

Professor orientador: Profº. Dr. Fábio Kühn

A figura de José Custódio de Sá e Faria (1710-1792) surgiu na história do Rio Grande de São Pedro no contexto das contendas luso-hispânicas travadas no Rio da Prata durante o século XVIII, atuando ora como técnico demarcador, ora como governador, sob duas diferentes conjunturas. Sob novos preceitos jurídicos como o *uti possidetis*, a situação de guerra demandava os conhecimentos da engenharia militar a fim de que se estabelecesse, por meio dos mapas, o conhecimento e nomeação do espaço para fins de sua territorialização e ocupação efetiva. Partindo da perspectiva da cartografia histórica, tomando os mapas como representações passíveis de serem elaboradas sob determinados desígnios, objetivou-se quantificar a incidência da toponímia portuguesa nos mapas de Sá e Faria referentes às zonas de disputa no território em questão, buscando analisar se a hipótese de apropriação toponímica para o processo de expansão da fronteira portuguesa é verificável na cartografia. Diante da análise qualitativa da cartografia e da manutenção da toponímia indígena nos mapas, concluiu-se que, concomitantemente ao processo de apropriação, a manutenção da toponímia indígena denota a maneira como os desígnios metropolitanos estavam sujeitos a serem atravessados pela realidade local da colônia com a qual os agentes da conquista se defrontavam, cuja dinâmica de apropriação passava também pelo intercâmbio cultural. Desse modo, o movimento de apropriação toponímica pode ser percebido como algo que não se deu de forma unilateral, com a imposição de uma nova territorialidade a partir da lusitanização dos topônimos, mas, sim, de forma gradual, em que a reivindicação da soberania passava também pelo reconhecimento de demais territorialidades.